

## **A orientação dos IDEs e a política econômica brasileira: convergências duvidosas**

Clarisse Chiappini Castilhos e Christiane Senhorinha Campos

O Brasil vem afirmando nas últimas décadas uma nova inserção internacional, baseada na exportação de *commodities*, particularmente insumos de origem mineral e produtos agroindustriais. Essa especialização está nitidamente alinhada com as novas tendências internacionais confirmando a hipótese de que a chamada *especialização regressiva* está submetida ao movimento internacional do capital (FILGUEIRAS, 2013).

No caso da América do Sul, e especificamente do Brasil, essa tendência está representada no crescimento acelerado da produção e dos investimentos no domínio do agronegócio e da mineração. Este artigo objetiva mostrar a coincidência entre as tendências dos Investimentos Diretos do Exterior - IDE no Brasil com as políticas governamentais de estímulo ao crescimento do produto nacional.

Parte-se do pressuposto que a orientação dos investimentos, definida em escala mundial, pelas empresas multinacionais, converge na mesma direção das prioridades definidas pela política econômica brasileira, em que pese o fato de produzirem perversas consequências socioambientais. Outro pressuposto, sobre o qual se alicerça este texto, é que a expansão das atividades de mineração e dos segmentos do agronegócio no território nacional se insere na intensificação da reprodução ampliada do capital social total (MARX, 1983). O aparente retorno ao modelo agroexportador, que marcou a história brasileira dos séculos XVI a XIX, caracterizado pela *commoditização* da pauta exportadora do Brasil e de outros países da América Latina, é uma manifestação do aprofundamento do imperialismo e do capital-imperialista (FONTES, 2010).

### **1. Commoditização da economia: uma análise a partir dos conceitos marxistas**

Os limites impostos à acumulação de capital devido à restrição dos espaços para o investimento produtivo, numa combinação nefasta com a *financeirização globalizada* (CHESNAIS, François, 1988, 1994, 2007, 2010, 2011) propiciaram a organização de uma divisão internacional do trabalho com fortes traços do período agroexportador. Quase uma dinâmica de retorno à “*acumulação primitiva*”, conforme Arantes (2007) uma vez que privilegia os investimentos produtivos na extração mineral, na monocultura agrícola e na produção de *commodities*.

Marx (1985, p.262) define a acumulação primitiva como "o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como "primitivo" porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhes corresponde". Nesse sentido, esse processo inicial de acumulação cria as condições para a existência da relação capital - massa trabalhadora de um lado e proprietários de meios de produção de outro – e, por conseguinte, do modo de produção capitalista que se estrutura a partir desta relação social denominada capital. Entretanto, ainda que condição *sine qua non* para a constituição do capitalismo, aquele processo não fica circunscrito apenas ao contexto histórico pré-capitalista.

*“A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apoie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente” (MARX, 1985, p. 262).*

Corroborando essa perspectiva de análise, Fontes (2010) evidencia que as expropriações descritas por Marx no capítulo XXIV do livro I de O Capital não podem ser entendidas como um mecanismo característico somente daquela fase de gestação do modo de produção capitalista. A autora critica essa interpretação porque alimenta uma suposição de que à medida que o capitalismo fosse amadurecendo deixaria de utilizar os métodos bárbaros e constituiria uma sociedade "civilizada".

A história desse modo de produção refuta a hipótese do capitalismo humanizado ao evidenciar que, em todos os espaços em que se impõe a relação-capital, as *“expropriações constituem um processo permanente, condição da constituição e expansão da base social capitalista e que, longe de estabilizar, aprofunda-se e generaliza-se com a expansão capitalista”* (FONTES, 2010, p. 45).

Conforme explicita Marx (1985) o processo de concentração é simultâneo ao processo de acumulação de capital, uma vez que um retroalimenta o outro. O processo de concentração implica portanto em reprodução ampliada do capital. A centralização, todavia, não depende da reprodução ampliada do capital social, implica somente na *"concentração de capitais já constituídos, supressão de sua autonomia individual, expropriação de capitalista por capitalista, transformação de muitos capitais menores em poucos capitais maiores"* (idem, p. 196). A concorrência e o crédito são, na concepção marxiana, as duas principais alavancas da centralização.

Esses processos de concentração e de centralização caracterizam os conglomerados que atuam nos setores do agronegócio e de mineração que se encontram

em plena expansão. Trata-se de empresas organizadas em grandes grupos internacionais sob o controle do capital financeiro (SERFATI, 2000), que buscam ampliar o processo de acumulação por meio de investimentos na exploração e controle, por exemplo, de reservas minerais e aquíferas<sup>1</sup> (BENETTI, 2011) bem como através da *commoditização* da produção, de maneira geral.

Nesse bojo, e levando-se em conta as diferenças nacionais, se define uma nova divisão internacional do trabalho, controlada por alguns poucos grupos internacionais, ligados umbilicalmente aos governos das grandes potências. Os exemplos mais evidentes dessas ligações formais e informais são as empresas estadunidenses ligadas à economia da guerra e de reconstrução, que configuram o que Naomi Klein (2007) denomina os agentes do “capitalismo do desastre”.

Além da mineração e do agronegócio, os capitais internacionais buscam novos espaços no comércio e distribuição de mercadorias, na construção civil, e no setor Serviços, em atividades que vão desde o desenvolvimento das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) até o turismo, segmentado segundo vários tipos de mercado (sexual, ecológico e de alto luxo). Esses capitais estão organizados em grandes grupos que se inter-relacionam, conforme Serfatti (1988), o próprio capital industrial está estruturado em torno de um centro financeiro e através de uma intrincada rede de conexões e constitui o modo dominante de segmentação da acumulação capitalista em seu estágio mais recente.

A competitividade baseada em baixos salários e no fim da regulamentação do mercado de trabalho, a concentração do conhecimento pelas multinacionais e pelos países mais ricos, a atual forma de participação dos Governos na economia, alicerçada na perspectiva neoliberal de atuação do Estado (ANDERSON, 1995; CAMPOS et al, 2012) geram uma incapacidade de desenvolvimento, no sentido cepalino do conceito. Nessa perspectiva, o processo de desenvolvimento decorre do aumento persistente da produtividade do fator trabalho mas também da progressiva qualificação das condições

---

<sup>1</sup> O controle das reservas aquíferas vem se tornando um dos principais atrativos para os IDEs por vários motivos. A esse respeito é interessante acompanhar a atuação da empresa israelense Mekorot na Palestina. Essa empresa vem promovendo evidentes impactos sócio-ambientais (destruição do Rio Jordão, negação de acesso à água pelas comunidades ali situadas, entre outros). Através do mundo, a Mekorot se lança sobre as economias européias em crise (Grécia, Itália, Portugal) no sentido de forçar a privatização de seus recursos hídricos; também se insere no processo de privatização das águas na América Latina e Índia. No Brasil vem buscando contratos de cooperação com diversos governos estaduais (SP, DF, Ceará, Bahia) assim como com o governo federal através de participação nos modelos de irrigação (<http://www.brasil.gov.br/governo/2011/10/brasil-busca-modelos-internacionais-de-irrigacao> ).

de vida da população resultante do aumento do produto social e da melhor distribuição e utilização do mesmo (FURTADO, 2000).

Longe dessa concepção estruturalista de desenvolvimento o que se verifica na contemporaneidade do processo de acumulação capitalista é um crescimento restrito aos espaços intrafirmas internacionais e a concentração cada vez maior dos benefícios do crescimento nas mãos de poucos grandes grupos capitalistas.

## **2. Tendências do comércio mundial e nova Divisão Internacional do Trabalho**

A atual distribuição do comércio mundial pode representar a nova orientação investimentos produtivos em termos internacionais: grandes grupos da energia; da indústria e da grande distribuição. No caso da América do Sul e Central se afirma uma tendência à especialização em *commodities* minerais e agroindustriais, apresentando características do antigo modelo agroexportador. Uma repetição que se realiza em forma de tragédia uma vez que a destruição ambiental daí decorrente age sobre uma natureza já degradada.

Essa nova divisão internacional do trabalho pode ser ilustrada pelos dados da OMC apresentados na tabela 1, que revelam o atual padrão de especialização que caracteriza o comércio internacional entre os anos 2006 e 2011. Os resultados para o total do comércio mundial revelam a queda de participação dos manufaturados e o aumento dos produtos agrícolas e de extração mineral. No que se refere à distribuição regional das exportações, observa-se uma tendência de ampliação da participação da América do Sul e Central em combustíveis e minerais, produtos agrícolas bem como a perda no item manufaturados. Tendência semelhante aparece nos países Africanos, do Oriente Médio e da Comunidade dos Países Independentes (CEI) em combustíveis e minérios. Na pauta de exportação dos países asiáticos, predominavam os produtos manufaturados (quase 78% dos valores exportados em 2011). Mesmo que tenha havido uma redução de participação no período observado, sua predominância ainda é muito grande.

É importante notar também que a China, o principal motor do comércio internacional nos últimos anos, vem se afastando de uma especialização em produtos manufaturados ditos intensivos em trabalho (como vestuário e têxteis) e evoluindo para os bens intensivos em tecnologia, apesar de manter o baixo custo de mão-de-obra como um importante fator de competitividade.

Tabela 1

Participação dos grandes grupos de produtos no total das exportações, por região, 2006 e 2011 (%)

Região	Grupo de Produtos					
	Agrícolas		Combustíveis e Minerais		Manufaturados	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011
<b>Mundo</b>	8,0	9,3	19,3	22,5	70,1	64,6
<b>África</b>	8,8	10,0	68,5	64,3	19,6	18,6
<b>América do Norte</b>	9,0	11,0	13,2	17,9	73,5	65,7
<b>América do Sul e Central</b>	<b>23,8</b>	<b>27,5</b>	<b>42,4</b>	<b>43,0</b>	<b>31,4</b>	<b>26,4</b>
<b>C.E.I.</b>	7,0	7,5	64,6	66,1	24,9	22,9
<b>Europa</b>	8,8	10,1	10,8	12,4	78,4	75,3
<b>Oriente Médio</b>	2,1	2,6	74,5	67,7	21,4	20,9
<b>Ásia</b>	5,5	6,9	10,2	12,7	81,9	77,4

Fonte: Organização Mundial do Comércio (OMC)

Outras informações confirmam que os investimentos produtivos em produtos de maior valor agregado e elevada intensidade tecnológica se orientam para os EUA e Comunidade Européia com a tendência de ampliação da participação da China e outros países asiáticos nesses domínios. Nos demais continentes predominam os investimentos baseados em recursos naturais \_mineração e agronegócio\_ com efeitos nocivos sobre o equilíbrio ambiental dessas regiões. No caso do agronegócio, afirma-se a tendência de ampliação das monoculturas e de transformação das reservas extrativas vegetais em *commodities*.

É muito ilustrativo o recente caso do Equador, onde o presidente Correa assumiu em sua primeira gestão com a proposta de criação do Parque Nacional Yasuní, região amazônica onde foram descobertas importantes jazidas de petróleo. Apesar da ideia inicial de preservação das reservas indígenas aí situadas o Equador acabou cedendo às pressões dos grandes grupos para a exploração de petróleo.

*“Una de las iniciativas ambientales más originales de los últimos años, originada en Ecuador, buscaba dejar el petróleo en tierra para preservar la Amazonia y sus pueblos*

*indígenas. Era una idea construida desde la sociedad civil que se concretó en 2007, durante el primer gobierno de Rafael Correa, enfocándola en proteger el Parque Nacional Yasuní, y sus áreas adyacentes (conocidas por la abreviatura ITT). Esos esfuerzos terminaron pocos días atrás, cuando el gobierno anunció la cancelación de esa iniciativa y permitir la explotación petrolera.”*<sup>2</sup> (GUDYNAS, 2013)

Essa breve contextualização destina-se a corroborar a afirmação de que o Brasil não se constitui em fato isolado. Ao contrário, pelas suas riquezas naturais e sua posição de liderança na América Latina, torna-se o principal foco das pressões e interesses do capital internacional, sendo que esse movimento conta com o apoio incondicional do Governo brasileiro.

### **3. Convergências entre as políticas governamentais e a orientação dos IDEs no Brasil**

As informações sobre o ingresso de IDEs na América do Sul e no Brasil, associadas no caso do Brasil às políticas governamentais macroeconômicas (taxas de juros e de câmbio; a recente redução das restrições à entrada de capital financeiro) e setoriais, como é o caso do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC - e dos financiamentos do BNDES, confirmam que há uma convergência entre a política industrial implementada pelo governo brasileiro com a entrada de IDEs. Esses investimentos orientam-se preferencialmente à infraestrutura e à extração mineral apesar dos conhecidos efeitos negativos sobre o meio ambiente, sem falar nas questões sociais daí decorrentes, como é o caso da intensificação do trabalho escravo. A disponibilidade de terras, águas e minerais tornou-se um dos principais atrativos para novos investimentos externos que se orientam fundamentalmente para o agronegócio e para a extração mineral, seja através da aquisição e/ou invasão de terras (*grilagem*), seja através da associação com o latifúndio já estabelecido.

A estratégia engendrada pelo governo FHC, e aprofundada pelos governos posteriores, revela a simbiose entre as políticas governamentais e a orientação dos capitais internacionais. Pode-se citar nesse conjunto a expansão acelerada do

---

<sup>2</sup> “Uma das iniciativas ambientais mais originais dos últimos anos, originada no Equador, buscava deixar o petróleo na terra para preservar a Amazônia e seus povos indígenas. Era uma ideia construída a partir da sociedade civil que se concretizou em 2007, durante o primeiro governo de Rafael Correa, tendo como foco a proteção do Parque Nacional Yasuní, e suas áreas adjacentes (conhecidas pela abreviatura ITT). Esses esforços terminaram poucos dias atrás, quando o governo anunciou o cancelamento dessa iniciativa e permitiu a exploração petrolífera”.

agronegócio (monocultura da soja, criação de gado na Amazônia, a *commoditização* de produtos agrícolas e agroindustriais) e da intensificação da extração mineral.

No que se refere às políticas de apoio a esses capitais, destacam-se a implantação de hidroelétricas, no Norte do país, a implementação do novo código florestal com anistia das empresas que executaram desmatamento ilegal; a ampliação do uso de transgênicos, a discussão de um Novo Código da Mineração, entre outros. Esse foco, fundamentado na aliança entre capitais internacionais, “bancada ruralista” e Governo Federal, não encontra barreiras na destruição de ecossistemas, como a região do Pampa com a plantação massiva de eucaliptos, na invasão de terras indígenas e expulsão da população ribeirinha, no aumento do preço dos alimentos, entre outros. Conforme estudos da Imazon (2013) as obras das novas hidrelétricas estão perto ou mesmo dentro de área protegidas, o que vem acelerando o processo de desmatamento da Amazônia.

Conforme Benetti (2004), no transcurso da década de 90, acelerou-se a internacionalização da economia brasileira tanto no sentido patrimonial, isto é, da importância crescente do capital estrangeiro na propriedade dos ativos das cadeias agroalimentares, quanto no comercial, vale dizer, do aumento da inserção da produção brasileira de *commodities* nos circuitos comerciais e produtivos mundiais. Nessa orientação o BNDES vem atuando de forma decisiva.

Para avaliar as tendências dominantes em termos de investimentos, podem-se utilizar os desembolsos efetuados pelo BNDES em 2012. Esses registram a liderança do setor de infraestrutura que recebeu 34% do total sendo que desse total, os montantes mais significativos foram para transporte rodoviário, com R\$ 15,5 bilhões, e energia elétrica, com R\$ 18,9 bilhões. A indústria obteve uma participação de 31%, com ênfase em material de transporte (R\$ 7 bilhões), química e petroquímica (R\$ 8,5 bilhões), alimentos e bebidas (R\$ 6,1 bilhões) e indústria mecânica (R\$ 5,6 bilhões). Para comércio e serviços, o BNDES destinou R\$ 44 bilhões (28% do total) e à agropecuária, R\$ 11,4 bilhões (7%). (Relatório BNDES, 2012).

No que se refere aos desembolsos regionais em 2012, o valor total e o número de operações realizadas pelo BNDES nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste foram expressivamente superiores aos de 2011. A Região Nordeste apresentou aumento de 12% nos desembolsos e de 15% na quantidade de operações. Já na Região Norte esses desembolsos cresceram de 23% e de 19%, respectivamente. A Região Centro-Oeste, que registra o maior índice de desmatamento no Brasil, apresentou, em 2012, um crescimento de 77% nos desembolsos e de 21% na quantidade de operações (relatório

BNDES, 2013). É importante lembrar que justamente essas regiões sediam a construção de hidroelétricas (Norte); mineração (Norte), *commodities* agroindustriais, particularmente soja e gado (Norte e Centro Oeste) e cana-de-açúcar para biocombustíveis (Nordeste).

*“Do total de desembolsos realizados para a região, 58% foram para projetos de infraestrutura, com destaque para as usinas hidroelétricas de Belo Monte, Santo Antônio, Jirau, Teles Pires e Estreito, a Estrada de Ferro Carajás e linhas de transmissão de energia elétrica”* (BNDES, 2012).

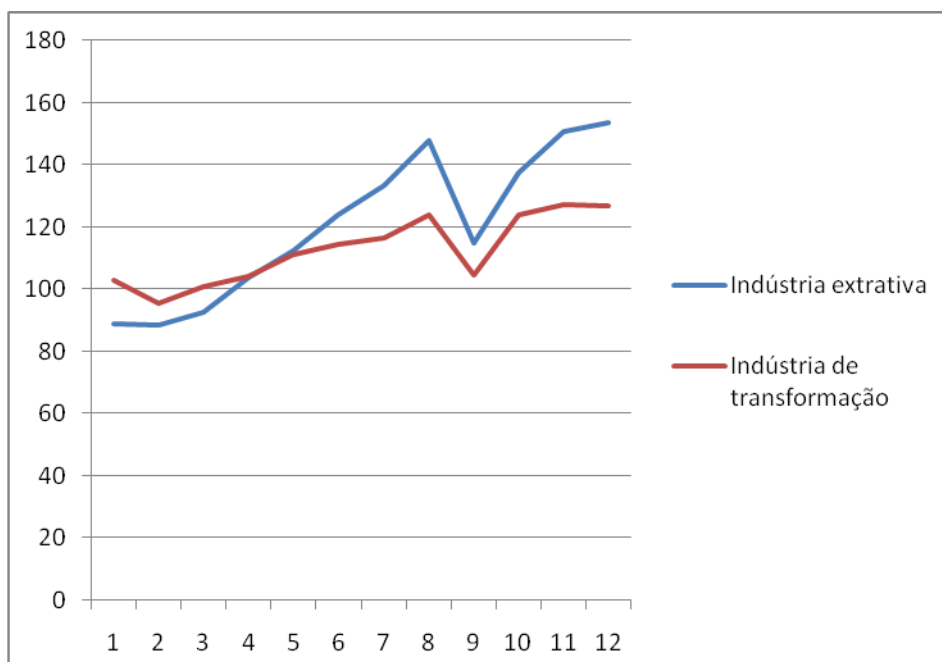
No que se refere ao predomínio da produção de *commodities* de maneira geral, as informações do BNDES revelam que as maiores taxas de crescimento dos investimentos no Brasil, na década anterior, se orientaram para o setor petroquímico, mineração e siderurgia, no caso das indústrias de transformação e extrativa mineral. Também são elevados os investimentos anunciados na área de comércio.

O setor de infraestrutura liderou os desembolsos incluindo todos os investimentos em energia, estradas, entre outros, que muito tem atraído o capital internacional. Este é justamente o ponto central da ação do Programa de Aceleração do Crescimento- PAC que, além de financiar esses capitais, vem construindo um ambiente favorável para sua instalação. No Norte e Nordeste, as novas hidrelétricas juntamente com a transposição do rio São Francisco garantem o funcionamento do agronegócio e da mineração, consumidores de água e de energia e demandantes de grandes extensões de terra. Observe-se que no Brasil, após o esgotamento das terras utilizadas, seja pelo agronegócio, seja pela extração mineral, essas atividades migram para outros espaços sem a menor preocupação de recuperação dos territórios depredados.

Outro indicador da tendência à *commoditização* da economia brasileira é a diferença entre o ritmo de crescimento da indústria de transformação e o da extrativa mineral. Esta última, embora com menor expressão no valor total da indústria, tem revelado taxas de crescimento mais aceleradas, conforme gráfico 1 a seguir.



**Gráfico 1- Crescimento da Produção Industrial Brasileira, 2001-2012**



Fonte: IBGE

As informações do Banco Central relativas aos setores que tem maior participação na entrada de IDE entre 2001 e 2009, revelam que essa orientação é semelhante aos principais segmentos financiados pelo BNDES. Ainda que a agricultura tenha uma participação menor que os outros setores, ela praticamente dobrou sua participação, além de ter iniciado seu processo de internacionalização já nos anos 1980/1990.

**Tabela 2- Investimentos Estrangeiros Diretos no Brasil -  
Distribuição por Atividade Econômica - 2001 e 2009**

Atividade Econômica	% sobre total de IDE	
	2001	2009
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	7,1	14,7
Indústria	33,3	39,2
Serviços	59,3	46,1

Fonte: Banco Central do Brasil

Importante destacar mais alguns aspectos que reforçam a tese da *commoditização* da economia brasileira e de atração de investimentos internacionais

para as atividades extrativas, com elevadíssimo impacto socioambiental e, na maioria dos casos, de baixa intensidade tecnológica. Em 2009<sup>3</sup>, dentro do conjunto Agricultura, pecuária e extração mineral, a atividade de extração de petróleo concentra 47% dos valores, e extração de minerais metálicos 29%.

Na indústria, a produção de metalúrgica básica colocava-se em primeiro lugar com 32% dos ingressos de IEDs para esse setor, seguida de fabricação de automóveis com 18% e, em terceiro lugar colocava-se fabricação de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis, com quase 10%. Esse último, somado à extração de petróleo propriamente dito, permite projetar que esse será um dos principais focos de atração de IEDs da economia brasileira.<sup>4</sup> Dentro de **serviços**, vale destacar a importância do total de investimentos financeiros e imobiliários que ilustra o peso dessas entradas de valores em comparação com aqueles voltados para a produção.

No caso do fluxo de investimentos voltados para a mineração, estes são, em geral, capitais internacionais voltados para a exploração pura e simples de recursos minerais, que, no Brasil, são abundantes e que tendem a exercer efeitos predatórios sobre o local dos investimentos.

---

<sup>3</sup> A partir de 2007 o Banco Central do Brasil traz as informações sobre IEDs mais abertas, sendo possível analisar-se em que atividades estes se concentraram na última década.

<sup>4</sup> A crescente importância da indústria automobilística valeria um novo artigo pois o Brasil tornou-se o quarto produtor mundial de automóveis, e é uma das principais apostas da política econômica brasileira para manter taxas de crescimento ascendentes. No entanto, sua integração nas cadeias globais de produção reduz seus efeitos a montante e a jusante, não gerando os empregos e a multiplicação de atividades suposta, nem a introdução de tecnologias visto que grande partes dos componentes de ponta são importados. A indústria automobilística que representa a configuração industrial do mundo capitalista contemporâneo é também uma das principais responsáveis pelo desequilíbrio ambiental, seja pela manutenção do petróleo como combustível paradigmático, seja como consumidora de gás carbônico. Enfim, ilustra também a busca de novos espaços para investimentos produtivos que ainda mantém a reprodução capitalista.

Nesse domínio o quadro que se define é o de ocupação extensiva de terras, avançando sobre matas nativas e florestas, e no plantio de culturas voltadas para a exportação, e não mais para a produção de alimentos. Essa expansão é fruto das associações dos latifundiários com as multinacionais do agronegócio que não hesitam em invadir áreas de preservação ambiental, de propriedade do Estado ou mesmo destinadas originalmente à reforma agrária<sup>5</sup>.

É também nesse contexto que se explica a tentativa de mudar a legislação referente à venda de terras para estrangeiros (não apenas no Brasil, mas em outros países da América do Sul), flexibilizando os limites antes mais rigorosos. Não bastasse essa mudança na legislação é fato conhecido que estrangeiros adquirem terras através de residentes no Brasil.

*“Com efeito, o País tem sido alvo de aquisições importantes do recurso por empresas, grupos financeiros, fundos de pensão e governos estrangeiros, para cultivo de grãos, produção de celulose e madeira e cana-de-açúcar para biocombustível; ou, simplesmente, para especular com um recurso que se torna cada vez mais escasso em âmbito mundial”* (BENETTI, 2011).

A venda de terras para estrangeiros coincide com a expansão do agronegócio que associa os latifundiários brasileiros aos Grandes Grupos Internacionais. Para Campos (2011, p.109) o agronegócio deve ser entendido *“como uma complexa articulação de capitais direta e indiretamente vinculados com os processos produtivos agropecuários, que se consolida no contexto neoliberal sob a hegemonia de grupos multinacionais”*.

E a soja é o principal produto do agronegócio no sul da América do Sul, tem se mantido como uma das vedetes do mercado mundial de *commodities* nas últimas décadas (CAMPOS, 2013) e tende a seguir esta trajetória ascendente. Essa afirmação é confirmada pelas declarações do Ministério da Agricultura que projeta, para a próxima

---

<sup>5</sup> É o caso da ocupação da Cutrale em São Paulo. O MST luta desde 1995 pela retomada de terras compradas de grileiros pela empresa Cutrale, vinculada à Coca-Cola. Essas terras na realidade são de propriedade do Estado. Em 2009 o movimento realizou um protesto nessa área através de uma ocupação “satanizada por todos os meios de comunicação”. Essa fazenda produz laranjas para exportação destinada a elaboração de sucos. Trata-se de produção em grande escala de commodities agrícolas numa área destinada pelo INCRA ao MST. Além do uso ilegal das terras, a Cutrale utiliza “em larga escala, sem o devido controle, toda espécie de venenos, pesticidas e agrotóxicos, causando poluição das águas, rios, e especialmente poluindo o lençol freático que abastece o Aquífero Guarani.” (MST: <http://www.mst.org.br/Campanha-pela-retomada-das-terras-da-Cutral> )

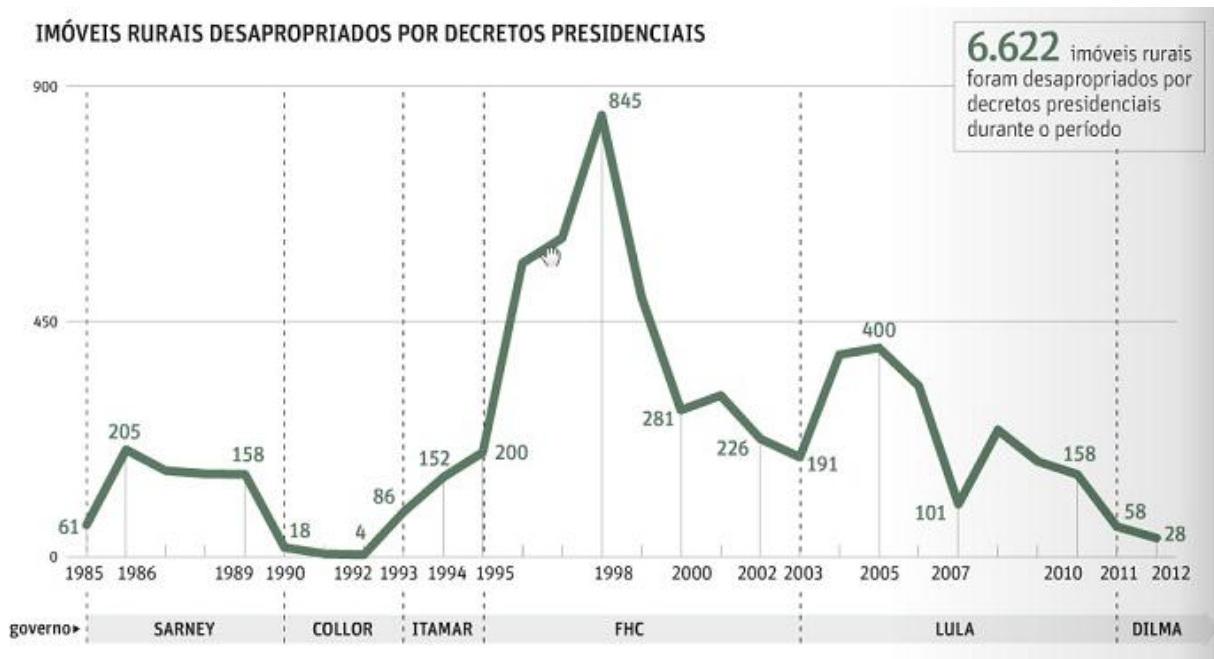
década, que o Brasil passará ao primeiro lugar como produtor mundial de soja (MAPA, 2013).

Conforme Benetti (2011), a chamada *exportação de água* é outro fenômeno que deveria ser levado em consideração e que não aparece, em sua verdadeira dimensão, nas estatísticas. Trata-se da produção de *commodities* que consomem, para sua extração e cultivo, um volume de água considerável o que intensifica o investimento no Brasil, e na América do Sul em geral, de atividades que possuem um elevado consumo desse líquido para sua elaboração. É uma forma de poupar água em alguns países e utilizar, até o esgotamento, a dos países ricos em reservas hídricas, como é o caso do Brasil e dos países andinos.

*“Há um aspecto nesse processo que merece especial referência, tendo-se em conta que a percepção de sua gravidade deveria levar, forçosamente, à tomada de medidas disciplinadoras por parte de países com perfil exportador similar ao do Brasil. Diz respeito ao problema da “exportação virtual” de água, “escondida” nos fluxos de alimentos e de commodities em geral. Um relatório da UNESCO, de 2009, estima, com efeito, que essa transferência hídrica possa representar 40% do volume total de água despendida anualmente para viabilizar o conjunto da produção desse tipo de mercado”* (BENETTI, 2011).

Dentro da linha de interpretação da ênfase governamental ao agronegócio, vale destacar que a política de reforma agrária vem mudando no Brasil verificando-se que desde os governos Lula e Dilma a desapropriação de terras perdeu força. No caso do assentamento de famílias do MST, o primeiro governo Lula registrou um número de 381.419 enquanto nos três anos do governo Dilma se reduziu para apenas 75.335 - um quinto do anterior (IPEA, 2014). Além disso, esses números expressam somente que grande parte das famílias consideradas assentadas na realidade foram beneficiadas com regularização fundiária, o que explica a pequena quantidade de áreas desapropriadas ao longo dos governos petistas, como se pode verificar no gráfico 2.

Gráfico 2:



Fonte: MST (2013)

O apoio público se voltou sobretudo às pequenas propriedades através da criação de linhas de crédito específicos. Pode-se deduzir daí que essa mudança fundamenta-se no fato de a pequena propriedade, menos organizada politicamente, traz inúmeras vantagens ao agronegócio. É através delas que os grandes proprietários têm acesso ao crédito agrícola diferenciado, à flexibilização do controle do desmatamento e à compra de terra por estrangeiros. Dentro dos assentamentos do MST o arrendamento ou vendas de lotes está proibido, ainda que as pressões exercidas pelas multinacionais do agronegócio e a omissão do INCRA, permita a proliferação desses casos. Nesse contexto muitos conflitos são gerados. Já, dentro das pequenas propriedades rurais, o capital pode agir mais livremente. Sabe-se de inúmeras irregularidades cometidas como aquelas em que os fazendeiros vendem suas terras aos empregados que, em troca, acessam ao crédito e plantam sem respeitar o Código florestal.

O chamado agronegócio, defendido pelo governo e pela mídia do Brasil, é difundido como um empreendimento moderno e progressista, diferente do latifúndio. Este último é caracterizado pelo trabalho irregular, escravo e semi-escravo e pela baixa produtividade. No entanto, como constata Christiane Campos (2011) e Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2011), há uma associação perversa entre latifúndio nacional e agronegócio internacional em que a baixa produtividade e o trabalho escravo continuam ocorrendo e se intensificando.

*“É preciso parar com essa campanha ideológica de que o agronegócio não usa trabalho escravo, que cumpre as leis brasileiras. (...) Se não fosse assim, a Justiça do Trabalho não estaria abarrotada de ações movidas pelos trabalhadores. O descumprimento da legislação brasileira vem de muito tempo e está enraizado na mentalidade brasileira. Faz parte desse tipo de capitalismo que se desenvolveu no Brasil, que acha que pode atuar à revelia da lei” (OLIVEIRA, 2011).*

Conforme Campos (2011), o agronegócio na verdade é uma articulação de capitais, que direta e indiretamente são vinculados com o setor agropecuário. No Brasil, essa articulação capitalista se consolidou na década de 1990, quando foram implementadas no país as políticas neoliberais. Apesar de reunir capitais nacionais e estrangeiros, o agronegócio brasileiro está sob a hegemonia de grupos multinacionais. E as “modernas” atividades do agronegócio se desenvolvem sobre uma antiga estrutura fundiária, o latifúndio. Tanto que o último censo Agropecuário do IBGE constatou que ocorreu o aumento da concentração das terras no país entre 1996 e 2006 (CAMPOS, 2011). Em contrapartida reduziu-se a obtenção de terras para reforma agrária como demonstra o Gráfico 2.

#### **4. O Estado e o apoio à atividade mineradora**

Também os debates em torno do novo código da mineração ilustram a atitude do Governo brasileiro em acelerar o crescimento econômico através do apoio à produção de *commodities*. Essa orientação permeia a proposta de um novo marco regulatório para a extração de minerais. O PL 5807/2013, destinado à criação de um novo código da mineração, deveria ter sido votado ainda em dezembro de 2013, para substituir o Decreto-Lei 227, de 1967. Como tal não ocorreu, o governo federal decidiu acelerar a implantação de políticas destinadas a apoiar a mineração, através de Medida Provisória que criou a Agência Nacional de Mineração (ANM), e o Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM). O Conselho é formado por ministérios (Minas e Energia, Meio Ambiente, Casa Civil e Desenvolvimento), com a representação de estados e municípios envolvidos e empresas do setor.

O açodamento governamental em acelerar a implantação de um novo código da mineração se explica pela grande expansão da extração mineral nos últimos 10 anos no Brasil, bem como pela urgência em eliminar a especulação com terras mineráveis.

Os dados do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) confirmam o impressionante crescimento da extração de minérios no Brasil, a exemplo do que vem

ocorrendo em muitos outros países africanos e latino-americanos. Segundo essa fonte, a produção mineral brasileira cresceu 550% entre 2001 e 2011, sendo que a indústria extrativa mineral cresceu 156% sobre o PIB brasileiro nesse mesmo período: no ano 2000 representava 1,6% e em 2011, 4,1%. Essa atividade tem permitido a manutenção de resultados positivos na Balança Comercial brasileira que teria um déficit de 7,6 bilhões de dólares, em 2010 e de 10 bilhões em 2011, não fosse o crescimento das exportações de minérios.

Outra forma de estimular a extração e a exportação de minerais está expressa nos investimentos apoiados pelo BNDES, que destina mais de metade de sua carteira de investimentos aos setores de petróleo, gás e mineração. Conforme o IBRAM, a previsão de novos investimentos para o período 2012/2016 é de US\$ 75 bilhões. Segundo o Plano Nacional de Mineração, elaborado pelo Ministério de Minas e Energia, a extração mineral deverá crescer em mais de 100% até 2030, o que certamente desviará recursos e investimentos de setores com melhores potenciais de sustentabilidade (tabela 3).

Tabela 3: Produção de 2008 e previsão para 2015, 2022 e 2030 de alguns minerais selecionados no Brasil

PRODUTO	UNIDADE	ANOS			
		2008	2015	2022	2030
Ferro	Mt	351	585	795	1098
Ouro	t	55	120	180	200
Cobre	Kt	216	500	700	1000
Rochas					
Ornamentais	Mt	7,8	11,1	15,8	22,4
Bauxita	Mt	26,8	42,3	56,7	79,3

Fonte: Ministério de Minas e Energia

Além disso, tramita no Congresso Nacional o PL 1610 que regulamenta a extração mineral em áreas indígenas. Isso, num contexto em que não se está considerando o ponto de vista das populações que vivem nessas regiões. Tudo indica que o objetivo da atual proposta é a formatação de um novo código que garanta a ampliação do superávit comercial e da arrecadação de impostos. Com isso o Governo pretende reduzir os chamados obstáculos burocráticos, bem como limitar algumas distorções, como é o caso de artifícios jurídicos que permitem a manutenção de concessões em áreas sem nenhum tipo de exploração.

Outro aspecto importante é o de agilizar os processos de licitações públicas dos contratos para a exploração de lavras. Além desses itens, não se verificam avanços significativos com relação ao código atualmente vigente, sobretudo no que concerne aos aspectos ambientais e tecnológicos.

Atualmente, diversos pesquisadores, no Brasil e no exterior, debatem sobre a necessidade da elaboração de uma transição pós-extrativista voltada para a elaboração de medidas destinadas à extração apenas dos minerais indispensáveis ao funcionamento das economias. Nesse cenário, as riquezas naturais, dentre essas a água, seriam considerados bens públicos, o que permitiria certa autonomia local e regional, capaz de limitar a extração mineral ao desenvolvimento de atividades menos predatórias, e a exigência de mecanismos compensatórios eficazes.

### **Comentários finais**

As tragédias socioambientais que vem ocorrendo no mundo inteiro não são fenômenos pontuais ou passageiros. Muito pelo contrário, são consequência direta da atual etapa da acumulação capitalista, na qual os grandes grupos, articulados em torno da reprodução financeira, buscam ampliar a extração de mais valor, para garantir a reprodução ampliada do capital social. Esse processo se intensificou a partir dos anos 1970 com a busca do capital para superar suas contradições inerentes ao processo de acumulação e na América Latina, sobretudo, a partir da década de 1990 graças à vitória do neoliberalismo.

No Brasil, esse processo se intensificou a partir do governo Collor e continuou nos governos seguintes. Do ponto de vista econômico todos esses governos foram marcados pela tolerância com a entrada de capitais internacionais e a permissividade com a “bancada ruralista”, junto com a ruptura do diálogo com os representantes legítimos dos movimentos sociais, confirma a dificuldade de buscar vias de crescimento sem romper com a tendência dominante em escala mundial.

Atualmente, a ação do Governo Brasileiro, orientada por uma espécie de neodesenvolvimentismo, cujo objetivo demonstrado nos sucessivos planos econômicos, é tornar a economia brasileira “competitiva”, expressa seu apoio irrestrito aos Grandes Grupos Internacionais, gerando inúmeros e irreversíveis impactos socioambientais. Esses programas se consubstanciam no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e na ação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que orientam uma parcela significativa de seus recursos para a criação a expansão do



agronegócio e da extração mineral, em particular no Centro Oeste, Nordeste e na Amazônia, favorecendo assim a destruição ambiental e a marginalização das populações ribeirinhas e indígenas. Mais ainda, as populações diretamente atingidas por essas obras, não são chamadas para o debate enquanto que as áreas de reservas não estão sendo respeitadas.

A ausência de uma política setorial de longo prazo, capaz de promover o desenvolvimento sustentado, aparece muito claramente nessa escolha. Muito se tem discutido sobre o risco que significa para um País embasar seu crescimento na produção de *commodities*, em particular sobre a extração mineral, seja por seus parcos efeitos multiplicadores sobre a economia, seja por tornar o País excessivamente dependente das oscilações do mercado internacional.

O Governo Brasileiro encontra-se diante de um quadro em que tenta compatibilizar o crescimento econômico com políticas voltadas para a “inclusão social” e a preservação ambiental, combinação esta inatingível na atual etapa do capitalismo. De fato, essa possibilidade não é uma situação particular ao Brasil e ilustra uma grande tragédia mundial com especificidades nacionais, mas com muitos pontos comuns.

Uma mudança de orientação, capaz de mudar o rumo da história, requer uma mudança radical dos atuais padrões de produção e consumo. A possibilidade de exercer políticas econômicas capazes de compatibilizar investimentos produtivos com preservação ambiental, dentro dos limites dados atualmente pela dinâmica de reprodução capitalista, não existe. Essa saída só pode ser construída junto com a participação substantiva dos movimentos sociais e através de uma união combativa e solidária dos países latino americanos e africanos.

“C’est la grande littérature de science fiction qui présente peut-être le mieux les enjeux du capitalisme au stade qu’il a maintenant atteint. D’où l’exigence de surmonter le legs du stalinisme et du « socialisme réel » et de tenter donner à l’alternative de Rosa Luxembourg le socialisme comme issue et non la barbarie.”<sup>6</sup>(CHESNAIS, F. 2012, p. 13)

---

<sup>6</sup> “É a grande literatura de ficção científica que melhor representa a situação que o capitalismo atingiu em seu atual estágio. Daí a exigência de superar os legados do stalinismo e do « socialismo real » e de tentar dar à alternativa de Rosa Luxemburgo o socialismo como saída e não como barbárie. «

## Referências bibliográficas

- AMMAR (2011) - <http://ammar-capital.blogspot.com> (acesso, 10.08.2011).
- ANDERSON, Perry. O balanço do Neoliberalismo. IN: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ARANTES, Paulo (2007). **Extinção**. São Paulo: Ed. Boitempo.
- BNDES (2012). **Relatório Anual**, Rio de Janeiro:  
[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Hotsites/Relatorio\\_Anual\\_2012/](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Hotsites/Relatorio_Anual_2012/)  
acesso em 03-12-2013.
- BENETTI, Maria (2011)- Compromisso com o futuro: o Brasil e o destino de seus recursos naturais, Porto Alegre, Brasil, Carta de Conjuntura, Ano 20, no 7.
- BERLANGA GAYÓN, Mariana. (2008) El feminicidio: um problema social de America Latina. El Caso de México y Guatemala (tese de doutorado), Mexico, UNAM, posgrado em Estudios Latinoamericanos.
- CARTA CAPITAL, 03.08.2011. Reforma Agrária Descanse em Paz.
- CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares (2011)- **A Face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio . Clacso - Outras Expressões, Buenos Aires.**
- CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares (2013)- **Expansão territorial da soja na América latina – impactos socioespaciais e o papel do estado neste processo**; Anais do Simpósio Internacional de Geografia Agrária – SINGA, João Pessoa, Brasil.
- CAMPOS, Christiane; CAMPOS, Rosana; CASTILHOS, Clarice (2012). **Estado mínimo para que e para quem? A ampliação da funcionalidade do Estado para a acumulação de capital no contexto neoliberal na América Latina**. SEP, Rio de Janeiro.
- CASTILHOS, Clarisse (2008) - Le Parti des Travailleurs et le MST au Brésil : des liaisons dangereuses, artigo apresentado Paris, Actuel Marx ;
- CASTILHOS, Clarisse (2014)- **Notas sobre a destruição ambiental acelerada no e a financeirização mundializada do capital** in CASSIOLATO, José Eduardo, LASTRES, Helena M. M. e PESSOA de MATOS, Marcelo(org), DESENVOLVIMENTO E MUNDIALIZAÇÃO: O BRASIL E O PENSAMENTO DE FRANÇOIS CHESNAIS, Editora E-Papers, RJ.
- CHESNAIS, François (1988). **Internacionalização sob a égide do capital financeiro e transformação em curso do sistema técnico: qual a origem da desarticulação dos**

**tecidos produtivos nacionais?** Ensaios FEE, V. 9, N. 1, Porto Alegre, Brasil, pp.94-120.

CHESNAIS, François (1994). **La mondialisation du capital**, Ed. Syros, Paris ;CHESNAIS, François (2007). **La Finance Mondialisé**, Ed. La Decouverte, Paris .

CHESNAIS, François (2009). **As origens comuns da crise econômica e da crise ecológica**, O Olho da História, n. 13, Salvador, BH, dezembro.

CHESNAIS, François (2010)- **Crisis de sobreacumulación mundial, crisis de civilización**, revista Herramienta, maio de 2010.

CHESNAIS, François (2011). **Crise vem por a nu os limites históricos do sistema capitalista**- RGE- 943/11- revista O Comuneiro, março, nº12 (comuneiro.com).

FILGUEIRAS, Luiz (2013). **A natureza do atual padrão de desenvolvimento brasileiro e o processo de desindustrialização**. Pesquisa desenvolvida através do Programa de Bolsas de Pesquisa do Centro Celso Furtado e BNB - Rio de Janeiro.

Disponível em  
[http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/filgueiras\\_1\\_desindustrializacao\\_2013.pdf](http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/filgueiras_1_desindustrializacao_2013.pdf)  
acesso em 03-03-2014.

FONTES, Virgínia (2010). **O Brasil e o capital-imperialismo. Teoria e história**. Ed.UFRJ, Rio de Janeiro.

FURTADO, Celso (2000). **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 10ª ed. Paz e terra, Rio de Janeiro.

GUDYNAS, Eduardo (2013). **Ecuador: Los derechos de la naturaleza después de la caída de la moratória petrolera em la Amazonia**- 19/08/2013. Observatório Latino-Americano de Geopolítica.

IMAZON (2013) <http://www.imazon.org.br/> (último acesso, 26.07.2013).

IPEA (2014), Brasil econômico: reforma agrária está lenta ou criteriosa. disponível em [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=21567&Itemid=75](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21567&Itemid=75) (acesso em 01-03-2014).

KLEIN, Naomi (2007)- **La doctrina del shock: El auge del capitalismo del desastre**, ed. Paidós, Barcelona, Espanha, pp. 708. 2007.

LENIN, V. (1979), Imperialismo - fase superior do capitalismo. Coleção bases, Global, Rio de Janeiro.

MARX, Karl (1985) **O Capital - Crítica da economia política - livro I, tomo II**. Coleção Os Economistas, 2ª ed., Nova Cultural, São Paulo.

MST- <http://www.mst.org.br/Campanha-pela-retomada-das-terras-da-Cutrale> (acesso, 10.08.2011)

MST (2013) Por que a reforma agrária está parada no governo Dilma?

PINASSI, Maria Orlanda (2005) **Revista Margem Esquerda**, n.6, Ed. Boitempo, São Paulo;

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (2011)- entrevista in <http://mtsocioambiental.blogspot.com/2011/03/entrevista-com-ariovaldo-umbelino-de.html> (último acesso, 10.08.2011).

O GLOBO (2013). Com Dilma reforma agrária cai em 2011 e tem pior marca desde Fernando Henrique. Disponível em <http://oglobo.globo.com/pais/com-dilma-reforma-agraria-cai-em-2011-tem-pior-marca-desde-fernando-henrique-7206885#ixzz2wAVh2E6M>

SERFATI, Claude, CHESNAIS, François (2003) in Michel Lowy et J-M. Harribey, **Capital contre nature, Actuel Marx Confrontations, Paris**

SERFATI, Claude (1998) **O papel ativo dos grupos predominantemente industriais na financeirização da economia**, in: CHESNAIS, François. (org.) **A mundialização financeira , gênese, custos e riscos**, São Paulo: Xamã, pp. 141-181.